



**PAUTA
PARA A 44ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 21 DE MAIO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 806, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a "Associação das Pessoas Portadoras de Deficiência de Santa Rita do Passa Quatro", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 807, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Institui o "Dia do Administrador".

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 30, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o prazo de licenças maternidade e paternidade a servidores celetistas em exercício junto à Administração Pública Estadual.

2 - Projeto de lei Complementar nº 31, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Assegura o prazo de 180 dias de licença maternidade às servidoras celetistas em exercício junto à Administração Pública Estadual.

3 - Projeto de lei nº 777, de 2015, de autoria do deputado Carlos Neder. Institui o "Dia Estadual dos Profissionais de Comunicação - Jornalistas no Serviço Público".

4 - Projeto de lei nº 778, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Autoriza o Governo do Estado a realizar a inserção, nos projetos arquitetônicos da Administração Pública, das autarquias, das empresas e fundações, de instalação de sistema de coleta para a captação da água da chuva.

5 - Projeto de lei nº 779, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Autoriza o Poder Executivo a determinar em contratos e renovações contratuais de concessão de administração rodoviária estadual que a Concessionária contratada instale pedagiômetro nas rodovias que administrar.

6 - Projeto de lei nº 780, de 2015, de autoria do deputado Marcos Damasio. Obriga o Poder Executivo, pelo órgão responsável, a inserir nos projetos arquitetônicos dos órgãos do Estado a instalação de painéis para captação de energia solar.

7 - Projeto de lei nº 781, de 2015, de autoria do deputado Welton Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação Roupeiro de Santa Rita", em Igarapava.

8 - Projeto de lei nº 782, de 2015, de autoria do deputado Welton Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Pró-Família", em Ribeirão Preto.

9 - Projeto de lei nº 783, de 2015, de autoria do deputado Welton Gasparini. Declara de utilidade pública a "Guarda Mirim de Ituverava", naquele Município.

10 - Projeto de lei nº 784, de 2015, de autoria do deputado Welton Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente de Ensino Profissionalizante "São Paulo e Minas", em São Simão.

11 - Projeto de lei nº 785, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação ao "caput" do artigo 1º da Lei nº 15.658, de 2015, que proíbe a comercialização de lentes oftálmicas e de contato, óculos com grau e óculos de sol por ambulantes ou em estabelecimentos que não sejam devidamente credenciados para tal finalidade.

12 - Projeto de lei nº 786, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre a isenção da cobrança do ICMS, nas contas de água, luz, telefone e gás às Igrejas e Templos de qualquer culto ou denominação.

13 - Projeto de lei nº 787, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Os restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos comerciais congêneres que trabalhem com a venda e/ou consumo de produtos alimentícios ficam obrigados a divulgar, nas vitrines, cardápios e afins, o valor calórico das refeições oferecidas.

14 - Projeto de lei nº 788, de 2015, de autoria da deputada Célia Leão. Inclui no Calendário Turístico do Estado "A Cavalgada da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", em Estiva Gerbi.

15 - Projeto de lei nº 789, de 2015, de autoria da deputada Marcia Lia. Declara de utilidade pública a "Associação Matonense Pais e Amigos do Basquete", em Matão.

16 - Projeto de lei nº 790, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Institui o "Dia da Comunidade Turca".

17 - Projeto de lei nº 791, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Cria o credenciamento de líderes religiosos para facilitar a assistência religiosa aos locais de internação coletiva.

18 - Projeto de lei nº 792, de 2015, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Antonio Candido de Camargo Guimarães" ao viaduto sobre a Rodovia SP 304, em Bariri.

19 - Projeto de lei nº 793, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação dos Ferroviários Aposentados e Pensionistas - AFAP", em Cachoeira Paulista.

20 - Projeto de lei nº 794, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Prof. Gentil Aires" à Quadra de Esportes da Escola Estadual, em Tupi Paulista.

21 - Projeto de lei nº 795, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Rio Claro como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 796, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Matão como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 797, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Maximo Cecato" ao dispositivo de acesso e retorno SPD 309/304, da Rodovia Deputado Leônidas Pacheco Ferreira, SP - 304, em Jaú.

24 - Projeto de lei nº 798, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Institui a "Campanha de Conscientização sobre o Câncer de Pele".

25 - Projeto de lei nº 799, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Dispõe sobre a instituição nos órgãos de saúde do Estado de campanha sobre os riscos da tatuagem por escarificação.

26 - Projeto de lei nº 800, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Obriga os estabelecimentos no Estado que utilizem esmaltes para unhas em sua atividade a realizarem descarte correto.

27 - Projeto de lei nº 801, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Dispõe sobre a instituição de campanha sobre os riscos da nomofobia nos órgãos de saúde do Estado.

28 - Projeto de lei nº 802, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Obriga os estabelecimentos no Estado que realizam atividades que tenham contato com as unhas dos usuários a utilizarem luvas para atendimento de clientes e manipulação de produtos.

29 - Projeto de lei nº 803, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Dispõe sobre a realização da campanha continuada sobre a síndrome do pensamento acelerado no âmbito do Estado.

30 - Projeto de lei nº 804, de 2015, de autoria da deputada Marta Costa. Obriga os estabelecimentos no Estado que trabalhem com produtos utilizados para serem aplicados nas unhas de consumidores a informar que os produtos contêm composição que pode ser alérgica aos usuários.

31 - Projeto de lei nº 805, de 2015, de autoria do deputado Márcio Camargo e outros. Institui o "Dia Estadual da União e Defesa da Família".

32 - Moção nº 37, de 2015, de autoria do deputado Teonilio Barba. Aplauda e manifesta solidariedade aos professores da rede Estadual de Educação, em nome da APEOESP - Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo -, pela luta que vêm desenvolvendo em prol de melhores condições de trabalho, reajuste e equiparação salarial e dignidade humana na rede estadual de ensino, o que com certeza trará mais qualidade à educação pública.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 730, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Ribeirão Grande como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 731, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Tapiraí como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 732, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Sete Barras como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 733, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Andradina como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 734, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Luiz Antônio como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 735, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Jaboticabal como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 736, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Bebedouro como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 737, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Cássia dos Coqueiros como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 738, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Santo Antônio da Alegria como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 739, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Altinópolis como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 740, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Zacarias como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 741, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Cajuru como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 742, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Dumont como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 743, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Sertãozinho como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 744, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Ourinhos como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 745, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Santa Bárbara d'Oeste como Município de Interesse Turístico.

17 - Projeto de lei nº 746, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Barretos como Município de Interesse Turístico.

18 - Projeto de lei nº 747, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Classifica Cubatão com Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 748, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Barbosa como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 749, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Paulo de Faria como Município de Interesse Turístico.

21 - Projeto de lei nº 750, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Cardoso como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 751, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Bebedouro como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 752, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Uchoa como Município de Interesse Turístico.

24 - Projeto de lei nº 753, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Santa Rosa de Viterbo como Município de Interesse Turístico.

25 - Projeto de lei nº 754, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Ribeirão Preto como Município de Interesse Turístico.

26 - Projeto de lei nº 755, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Espírito Santo do Pinhal como Município de Interesse Turístico.

27 - Projeto de lei nº 756, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Tatuí como Município de Interesse Turístico.

28 - Projeto de lei nº 757, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Barretos como Município de Interesse Turístico.

29 - Projeto de lei nº 758, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Ubarana como Município de Interesse Turístico.

30 - Projeto de lei nº 759, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Icém com Município de Interesse Turístico.

31 - Projeto de lei nº 760, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Classifica Pirapora do Bom Jesus como Município de Interesse Turístico.

32 - Projeto de lei nº 761, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Classifica Santana de Parnaíba como Município de Interesse Turístico.

33 - Projeto de lei nº 762, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Mira Estrela como Município de Interesse Turístico.

34 - Projeto de lei nº 763, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Palestina como Município de Interesse Turístico.

35 - Projeto de lei nº 764, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Boituva como Município de Interesse Turístico.

36 - Projeto de lei nº 765, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Indiaporã como Município de Interesse Turístico.

37 - Projeto de lei nº 766, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Tabatinga como Município de Interesse Turístico.

38 - Projeto de lei nº 767, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Guapiaçu como Município de Interesse Turístico.

39 - Projeto de lei nº 768, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Barbosa como Município de Interesse Turístico.

40 - Projeto de lei nº 769, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Pontes Gestal como Município de Interesse Turístico.

41 - Projeto de lei nº 770, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Jales como Município de Interesse Turístico.

42 - Projeto de lei nº 771, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Populina como Município de Interesse Turístico.

43 - Projeto de lei nº 772, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Rubinéia como Município de Interesse Turístico.

44 - Projeto de lei nº 773, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Buritama como Município de Interesse Turístico.

45 - Projeto de lei nº 774, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Paulo de Faria como Município de Interesse Turístico.

46 - Projeto de lei nº 775, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Riolândia como Município de Interesse Turístico.

47 - Projeto de lei nº 776, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Classifica Rosana como Município de Interesse Turístico.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 17, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Cria o "Programa Escola no Legislativo" no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

2 - Projeto de resolução nº 18, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui a "Medalha do Mérito Cultural".

3 - Projeto de lei nº 681, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Ribeira como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 682, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Sales como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 683, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Mira Estrela como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 684, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Indiaporã como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 685, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Guaraci como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 686, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Rubinéia como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 687, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Jales como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 688, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Caçapava como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 689, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Cachoeira Paulista como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 690, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Cruzeiro como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 691, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Igaratá como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 692, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Lagoinha como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 693, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Lorena como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 694, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Monteiro Lobato como Município de Interesse Turístico.

17 - Projeto de lei nº 695, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Natividade da Serra como Município de Interesse Turístico.

18 - Projeto de lei nº 696, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Paraibuna como Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 697, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Piquete como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 698, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Tambaú como Município de Interesse Turístico.

21 - Projeto de lei nº 699, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Pindamonhangaba como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 700, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Redenção da Serra como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 701, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Classifica Queluz como Município de Interesse Turístico.

24 - Projeto de lei nº 702, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santa Clara D'Oeste como Município de Interesse Turístico.

25 - Projeto de lei nº 703, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Braúna como Município de Interesse Turístico.

26 - Projeto de lei nº 704, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Araçatuba como Município de Interesse Turístico.

27 - Projeto de lei nº 705, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Adolfo como Município de Interesse Turístico.

28 - Projeto de lei nº 706, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santa Albertina como Município de Interesse Turístico.

29 - Projeto de lei nº 707, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Sud Mennucci como Município de Interesse Turístico.

30 - Projeto de lei nº 708, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Guaíra como Município de Interesse Turístico.

31 - Projeto de lei nº 709, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Colômbia como Município de Interesse Turístico.

32 - Projeto de lei nº 710, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Palestina como Município de Interesse Turístico.

33 - Projeto de lei nº 711, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Pontes Gestal como Município de Interesse Turístico.

34 - Projeto de lei nº 712, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Monte Alto como Município de Interesse Turístico.

35 - Projeto de lei nº 713, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Zacarias como Município de Interesse Turístico.

36 - Projeto de lei nº 714, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Santo Antônio do Aracanguá como Município de Interesse Turístico.

37 - Projeto de lei nº 715, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Populina como Município de Interesse Turístico.

38 - Projeto de lei nº 716, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Ubarana como Município de Interesse Turístico.

39 - Projeto de lei nº 717, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Três Fronteiras como Município de Interesse Turístico.

40 - Projeto de lei nº 718, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Colina como Município de Interesse Turístico.

41 - Projeto de lei nº 719, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Tambaú como Município de Interesse Turístico.

42 - Projeto de lei nº 720, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Vista Alegre do Alto como Município de Interesse Turístico.

43 - Projeto de lei nº 721, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Miguelópolis como Município de Interesse Turístico.

44 - Projeto de lei nº 722, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica São Simão como Município de Interesse Turístico.

45 - Projeto de lei nº 723, de 2015, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Brodowski como Município de Interesse Turístico.

46 - Projeto de lei nº 724, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de "Comendador Wilson Prieto" ao viaduto localizado na Rodovia Marechal Rondon, km 136.600, em Porto Feliz.

47 - Projeto de lei nº 725, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de "Maurício de Castro" à Escola Estadual São Pedro, em São Bernardo do Campo.

48 - Projeto de lei nº 726, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Marcha para Jesus de Itapevi.

49 - Projeto de lei nº 727, de 2015, de autoria do deputado Celino Cardoso. Dispõe sobre autorização para transladar animais domésticos de pequeno porte em trens, metrô e ônibus intermunicipais.

50 - Projeto de lei nº 728, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "José Gazzolla" ao pontilhão localizado no km 19+930m da

Rodovia Orlando Quagliato - SP 327, em Santa Cruz do Rio Pardo.

51 - Projeto de lei nº 729, de 2015, de autoria do deputado Carlos Cezar. Altera a Lei nº 14.424, de 2011, que institui o 'Dia da Marcha para Jesus'.

52 - Moção nº 36, de 2015, de autoria das deputadas Beth Sahão e Leci Brandão. Manifesta repúdio à forma agressiva e desrespeitosa com que os Deputados Federais Roberto Freire (PPS-SP) e Alberto Fraga (DEM-DF) se conduziram e se referiram em relação à também Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), no último dia 6 de maio, na Câmara Federal.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 674, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dispõe sobre o monitoramento por câmeras de eventos temporários realizados no Estado com público estimado igual ou superior a 10.000 pessoas.

2 - Projeto de lei nº 675, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Disciplina o uso das denominações "cartório" e "cartório extrajudicial" no Estado.

3 - Projeto de lei nº 676, de 2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa de Desoneração Parcial do IPVA aos usuários das Rodovias Concessionadas do Estado", que tem por objetivo a devolução de parte dos valores pagos por tarifa de pedágio.

4 - Projeto de lei nº 677, de 2015, de autoria do deputado Márcio Camargo. Institui o "Dia Estadual da União e Defesa da Família".

5 - Projeto de lei nº 678, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o "Dia Estadual de Luta pela Dignidade do Servidor Público Readaptado".

6 - Projeto de lei nº 679, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" em Pereiras.

7 - Projeto de lei nº 680, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Prefeito Sussumi Ivama" ao viaduto localizado no km 489+450m da Rodovia Marechal Rondon, em Penápolis.

8 - Moção nº 35, de 2015, de autoria da deputada Beth Sação. Protesta contra a forma como o Governo do Paraná se conduziu em relação aos recentes protestos de professores e outros funcionários públicos e, de forma especial, manifesta veemente repúdio à ação da Polícia Militar daquele Estado, que reprimiu, de modo extremamente violento, os manifestantes que se concentraram diante da sede da Assembleia Legislativa daquele Estado.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

12ª Sessão

Projeto de lei nº 587, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 29, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a criação da Agência Metropolitana de Sorocaba - AGEMSOROCABA, nos termos da Lei Complementar nº 1.241, de 2014, e dá providências correlatas. Parecer nº 467, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação.